

Que Educação Financeira está sendo proposta nos Materiais Digitais da rede pública estadual paulista?

Priscila de Oliveira e Silva¹
Franciele Santos Teixeira²
Lucas Carato Mazzi³

Resumo: A educação no estado de São Paulo tem passado por diversas mudanças estruturais, especialmente quanto à autonomia docente no preparo das aulas. A Secretaria de Educação criou Materiais Digitais para padronizar conceitos e atividades trabalhadas em sala das escolas estaduais e públicas paulistas. Ainda, em 2024, a Educação Financeira se tornou componente obrigatório para os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, o qual deve ser desenvolvido acompanhado dos materiais mencionados. Nesse contexto, este artigo visa compreender que Educação Financeira está sendo proposta nos Materiais Digitais, os chamados *slides*, considerando objetivos, conteúdos e exercícios do primeiro bimestre de 2024. O Material analisado consiste em 28 aulas, 14 para cada ano. A análise, de natureza qualitativa, baseia-se nos Eixos da Educação Financeira Escolar para a categorização dos dados. Os resultados apontaram uma ênfase na individualização das finanças, abordando investimento, empreendedorismo e orçamento individual e familiar, sem uma problematização do Sistema Neoliberal.

Palavras-chave: Material Digital. Educação Básica. Educação Financeira Escolar. Currículo Paulista. Educação Matemática.

What kind of Financial Education is being offered in the Digital Materials of the São Paulo State Public School System?

Abstract: Education in the state of São Paulo has undergone significant structural changes, particularly regarding teachers' autonomy in lesson preparation. The Secretary of Education has developed Digital Materials to standardize concepts and activities in the classroom, while also serving as a control tool. Furthermore, in 2024, Financial Education became a mandatory component for 8th and 9th-grade students in elementary education, accompanied by specific instructional materials. In this context, this article seeks to analyze the type of Financial Education proposed in Digital Materials, commonly referred to as *slides*, focusing on the objectives, content, and exercises from the first semester of 2024. The analyzed Material comprises 28 lessons, 14 for each grade level. The qualitative analysis is grounded in the School Financial Education Axes framework for data categorization. The findings revealed an emphasis on the individualization of finances, addressing investment, entrepreneurship, and individual and family budgeting, without critically examining the neoliberal system.

Keywords: Digital Material. Basic Education. School Financial Education. São Paulo State Curriculum. Mathematics Education.

¿Qué educación financiera se está proponiendo en los Materiales Digitales de la red pública estatal de São Paulo?

Resumen: La educación en el estado de São Paulo ha experimentado importantes cambios estructurales, especialmente referente a autonomía docente en la preparación de clases. La Secretaría de Educación ha

¹ Mestre em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: priscila.o.silva@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-7212-5994>.

² Mestre em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: fs.teixeira@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7244-5506>.

³ Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. Professor Assistente do Departamento de Matemática, IGCE - UNESP. E-mail: lucas.mazzi@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3395-3724>

desarrollado Materiales Digitales para estandarizar los conceptos y actividades trabajados en el aula. Desde 2024, la Educación Financiera es un componente obligatorio para 8º y 9º grado de la educación básica, acompañada de materiales didácticos específicos. Este artículo objetiva analizar el tipo de Educación Financiera propuesta en los Materiales Digitales, comúnmente conocidos como *slides*, considerando los objetivos, contenidos y ejercicios correspondientes al primer semestre de 2024. El Material analizado consta de 28 lecciones, 14 para cada nivel de grado. El análisis cualitativo se basa en el marco de los Ejes de la Educación Financiera Escolar para la categorización de los datos. Los resultados revelaron un énfasis en la individualización de las finanzas, abordando temas como la inversión, el emprendimiento y la planificación presupuestaria individual y familiar, sin realizar una crítica al sistema neoliberal.

Palabras clave: Material Digital. Educación Básica. Educación Financiera Escolar. Currículo Paulista. Educación Matemática.

1 Introdução

Nas últimas duas décadas, a Educação Financeira (EF) ganhou destaque a partir da definição e dos apontamentos produzidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em um projeto internacional. Com base nos encaminhamentos de tal Organização, diversos países criaram suas legislações para dar suporte à implementação de discussões sobre o tema em seus territórios.

No Brasil, especificamente, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, que defendia que – para crianças e jovens – deveriam ser realizadas ações de EF nas escolas. A ENEF foi incumbida de integrar o Ministério da Educação e as secretarias de educação estaduais e municipais (Brasil, 2011).

Ao longo dos anos, a EF ganha maior protagonismo quando passa a compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada nos anos de 2017 e 2018. Mais recentemente, no ano de 2024, ela adentra fortemente o Currículo Paulista. No caso do Ensino Fundamental, ela se torna um componente curricular da parte diversificada do currículo, junto com os componentes de Tecnologia e Inovação; Projeto de Vida e Orientação de Estudos (São Paulo, 2023a), sendo obrigatória para os 8º e 9º anos. Já no Ensino Médio, no ano de 2024, a EF passa a ser uma componente obrigatória do chamado Itinerário Formativo Global, composto pelas componentes curriculares de inglês; tecnologia e robótica; projeto de vida; aceleração para o vestibular; e redação e leitura (São Paulo, 2023b), sendo obrigatória para todos os anos⁴. A importância para com a EF se dá, segundo o secretário da Educação, pelo fato de ela

⁴ Cabe ressaltar que houve uma alteração no ano de 2025. Atualmente, a Educação Financeira é um componente curricular obrigatório para o 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental; e foi inserido no Ensino Médio, para os 1º e 2º séries.

proporcionar aos estudantes

[...] condições de estabelecer uma relação racional e consciente com recursos pessoais e coletivos, controlar o orçamento familiar e evitar endividamento, analisar e compreender hábitos de consumo, e estabelecer um plano de desenvolvimento pessoal do ponto de vista financeiro, de olho em seus objetivos (Feder, 2023, p. 156).

Paralelamente a tais mudanças curriculares, o governo estadual começou a criar materiais digitais, os chamados *slides*⁵, compostos pelo conteúdo e pelas atividades que devem ser trabalhadas na sala de aula (Feder, 2023). Segundo o próprio secretário da educação, “se antes os slides eram apenas um material de apoio, agora essas apresentações passaram a ser a espinha dorsal da aula” (Feder, 2023, p. 113). Quanto a isso, Bigode (2019), apesar de falar especificamente da Matemática, expõe que o foco no ensino e as orientações para utilizar materiais didáticos, faz com que professores fiquem engessados, o que ocasiona uma liberdade restrita para alterar propostas prontas. Corroborando esse autor, notamos, nesse momento, que os docentes são obrigados a utilizar tais materiais, diminuindo consideravelmente sua autonomia.

É nesse cenário que a pesquisa aqui apresentada se situa. Tendo em vista a inserção da EF no currículo paulista e a disponibilização de materiais já prontos para que os docentes desse componente os utilizem em suas aulas, propomos analisar os conteúdos abordados nos *slides* disponibilizados para os professores de Educação Financeira dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com o intuito de observar qual e como essa Educação Financeira está sendo proposta.

Ressaltamos que a maneira como a EF é compreendida depende de quem a apresenta e de quais interesses se tem ao desenvolvê-la. Nesse sentido, ela pode ser considerada indefinida (Mazzi e Baroni, 2021), assumindo diferentes vertentes e propósitos, ou seja: ela pode possuir uma visão mercadológica alinhada à estrutura do mercado, focando na individualização; ou ainda, ela pode ser vista como problematizadora e interpretada também para abordar questões sociais, visando uma transformação social (Lima, 2023).

Para alcançar tal objetivo, discutimos, inicialmente, diferentes visões de EF, com vistas a expor que existem modos distintos de compreendê-la. Na sequência, apresentamos a

⁵ Desde 2023, o estado de São Paulo tem enviado materiais prontos para que os professores utilizem em suas aulas. Tal uso é obrigatório e tem sido controlado por meio da criação de plataformas que gerenciam todos os usos. Neste trabalho, denominamos de *slides* a apresentação referente a uma aula. Essa é uma das formas que os professores da Educação Básica estão chamando o Material Digital de Educação Financeira e das demais componentes curriculares.

abordagem metodológica assumida, assim como os procedimentos realizados. Ademais, os dados são apresentados e analisados à luz do referencial teórico. Por fim, algumas considerações são expostas.

2 Referenciais Teóricos

A Educação Financeira é uma temática que passou a ganhar ênfase a partir da definição e apontamentos produzidos pela OCDE, no início do século XXI, momento em que a sociedade atingiu um ápice com ações de consumo, em decorrência da emergência em se consumir algo e uma necessidade, ainda maior, em se descartar o bem adquirido, buscando por outra novidade, quase de forma imediata, na procura constante pela felicidade (Bauman, 2007).

Considerando este cenário, o crescimento da variedade de produtos disponíveis, o aumento da complexidade do sistema financeiro, a preocupação com questões previdenciárias – dado o aumento da expectativa de vida das pessoas e os baixos níveis de conhecimento financeiro dos consumidores (OCDE, 2005a) –, a Organização⁶ incluiu como pauta de suas discussões a temática da Educação Financeira. Em resposta ao aumento da importância desse tema em seus países integrantes, no ano de 2003, a Organização elaborou o “*Projeto de Educação Financeira*”, visando identificar e avaliar a eficiência dos diferentes programas existentes na época e sugerir ações políticas para melhorar aquilo que entendiam como conscientização e Educação Financeira (OCDE, 2005a).

Com isso, os 34 países membros da Organização à época e alguns países não-membros, como o Brasil, passaram a ser orientados pelas diretrizes desenvolvidas pela OCDE com o intuito de educar financeiramente seus cidadãos. Para isso, foi gerado um documento intitulado: *Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e consciência* (OCDE, 2005b), no qual se apresenta um conjunto de recomendações⁷ aos governos dos países membros, que podem contribuir para o desenvolvimento de ações visando à Educação Financeira. No entendimento da OCDE, a Educação Financeira é:

[...] o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento, desenvolvem as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas

⁶ Evidenciamos que, no decorrer do texto, utilizamos o termo “Organização” como sinônimo de OCDE.

⁷ As recomendações disponibilizadas pela OCDE, neste documento, podem ser consultadas em <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>.

eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005b, p. 26, tradução nossa).

Conforme destacado por Mazzi e Baroni (2021, p. 40), na maneira de compreender a Educação Financeira exposta pela OCDE, é possível observar três expressões centrais: “1) uma melhora na compreensão dos conceitos e produtos financeiros; 2) uma aquisição de valores e competências para identificar riscos e oportunidades financeiras; 3) a necessidade de as pessoas fazerem escolhas bem-informadas”. Ou seja, nessa proposta da OCDE, “a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a transformação, torna-se um instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista” (Mazzi e Baroni, 2021, p. 40). Dessa forma, supõe-se que o que deve ser feito, segundo a OCDE, é ensinar as pessoas a consumirem, sem que haja um olhar para problemas gerais da sociedade, como a desigualdade social, o desemprego, a fome, dentre tantas outras questões que afetam o indivíduo e o coletivo.

Tais ideias passaram a ser disseminadas mundo afora, por meio da criação de Estratégias Nacionais de Educação Financeira que visavam favorecer a promoção da temática nos diferentes países, além de balizar iniciativas concretas nos distintos territórios (OCDE, 2015). Para acompanhar as Estratégias, foi criada, em 2008, a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), que, desde sua criação é vista como “o principal veículo para discussões e para análise dos níveis de conhecimento da população, a fim de avaliar a realidade de cada país e subsidiar o desenho de políticas públicas no âmbito da Educação Financeira” (Vieira e Pessoa, 2020, p. 660).

As estratégias de Educação Financeira apontadas pela OCDE, segundo Saraiva (2017, p. 169), “estão voltadas para governar ações individuais, visando produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro”, isto é, sujeitos que aceitam tudo que é imposto sem questionar. Essas visões parecem privilegiar o ensino para o consumo, além de fortalecer o sistema capitalista (Mazzi e Baroni, 2021).

No cenário brasileiro não foi diferente. Em 2010, com o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de promover a Educação Financeira e “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (Brasil, 2018). Apesar das belas palavras supracitadas, a ENEF, influenciada pelos ideais da OCDE, apresenta uma proposta de Educação Financeira voltada ao indivíduo, em um movimento que focaliza o dinheiro, demonstrando que o desenvolvimento econômico é a maior preocupação. Entendemos que essa visão promovida pela OCDE e,

consequentemente, pela ENEF estão alinhadas com o sistema capitalista neoliberal e fortalecem a ideologia de que o indivíduo é a empresa de si mesmo. Ou seja, esse modo de compreender a EF ignora “a necessidade de um amparo que garanta condições mínimas aos sujeitos, tais como: emprego, alimentação, moradia, dentre outros requisitos básicos para o indivíduo viver bem e se dedicar em suas potencialidades” (Oliveira e Mazzi, 2024).

Em outra direção, entendemos que a Educação Financeira deva ser desenvolvida de modo que promova reflexões e senso crítico, expandindo o campo de conhecimento financeiro e indo além das práticas individuais, de modo que os sujeitos, coletivamente, busquem por transformações sociais em prol do bem de uma maioria que sempre fica à margem do sistema financeiro. Nessa perspectiva, propomos a ideia de uma Educação Financeira numa perspectiva crítica, que objetiva

[...] elucidar a existência de um sistema neoliberal perverso, que visa ao lucro infinito, sem se preocupar em destruir pessoas, meio ambiente, ou seja lá o que possa aparecer no caminho como *empecilho* para que essa riqueza sem fim seja alcançada. Ser educado financeiramente é saber ler como o capitalismo impacta nas relações humanas e propor modos de combater e transformar as injustiças causadas e reforçadas por ele, visando à Justiça Social (Mazzi, Hartmann e Pessoa, 2024, p. 21-22, grifo dos autores).

Nessa direção, compreendemos o neoliberalismo como “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 07), produzindo subjetividades e moldando os modos de comportamento do ser humano. Isto é, “trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo” (Dardot e Laval, 2016, p. 31). Entendemos que essa influência neoliberal acaba por desumanizar as pessoas, precisando ser combatida, sendo a promoção de uma formação crítica um modo de expor as mazelas criadas por esse sistema.

Para isso, é necessário evidenciar que, ao nos referirmos à ‘perspectiva crítica’, vislumbramos: “1) uma investigação de condições para a obtenção do conhecimento; 2) uma identificação dos problemas sociais e sua avaliação; e 3) uma reação às situações sociais problemáticas” (Skovsmose, 2008, p. 101), demandando por “autorreflexões, reflexões e reações”. Com esse olhar, entendemos que a Educação Financeira pode ser um tema de discussão desde a Educação Básica, podendo contribuir com uma formação crítica dos sujeitos.

Assim como nós defendemos a presença de discussões de Educação Financeira nas escolas, a elite econômica de nosso país também pensa desse modo. Claro que com objetivos distintos. Esse interesse empresarial fez com que a temática chegasse aos currículos escolares,

por meio de sua presença na BNCC. Esse documento normativo, criado sem o devido diálogo com a comunidade escolar e com ampla proximidade dos interesses empresariais (Cássio, 2019), aponta a temática como um tema transversal (Brasil, 2018). Apesar desse apontamento, seu foco aparece diretamente conectado às habilidades e competências matemáticas (Mazzi, Oliveira e Lima, 2025; Teixeira, 2024).

Corroborando Melo e Pessoa (2019), entendemos, então, que há uma tendência em limitar as discussões sobre Educação Financeira a questões voltadas às finanças pessoais, propondo, com isso, que os estudantes conheçam apenas o universo do dinheiro e se adaptem a ele. Evidencia-se, então, um protagonismo para a Matemática e, conseqüentemente, atribuindo ao professor de Matemática o ato de educar financeiramente o estudante da Educação Básica.

No que diz respeito ao estado de São Paulo, cenário em que estamos inseridos, a Educação Financeira se tornou um componente curricular obrigatório nas escolas para os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, assim como para o Ensino Médio todo, no ano de 2024 (São Paulo, 2023a, 2023b). Assim como Dourado e Siqueira (2019) que se questionaram sobre qual currículo estava sendo implementado nas escolas relacionando a BNCC como uma regulação do currículo, indagamos: que Educação Financeira está sendo implementada e proposta nos Materiais Digitais, os *slides*, disponibilizados pelo estado?

Para analisar os *slides*, optamos por assumir a proposta curricular de Silva e Powell (2013) como nossas categorias *a priori*. Tal proposta compreende que a Educação Financeira pode ser percebida a partir de quatro eixos estruturantes, como pode ser visto no Quadro 1. Entendemos que essa proposta não é fixa, nem engessada, mas exemplifica possibilidades de tópicos que podem permear a Educação Financeira na Educação Básica.

Quadro 1 – Proposta curricular de Educação Financeira

I – Noções básicas de Finanças e Economia	II – Finança pessoal e familiar
Nesse eixo, os temas de discussão são, por exemplo, o dinheiro e sua função na sociedade; a relação entre dinheiro e tempo; as noções de juros, poupança, inflação, rentabilidade e liquidez de um investimento; as instituições financeiras; a noção de ativos e	Nesse eixo, serão discutidos temas como: planejamento financeiro; administração das finanças pessoais e familiares; estratégias para a gestão do dinheiro; poupança e investimento de finanças; orçamento doméstico; impostos.

passivos e aplicações financeiras.	
<p>III – As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo</p> <p>Nesse eixo, são discutidos temas como: oportunidades de investimento; os riscos no investimento do dinheiro; as armadilhas do consumo por trás das estratégias de <i>marketing</i> e como a mídia incentiva o consumo das pessoas.</p>	<p>IV – As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a EF</p> <p>Nesse eixo, são discutidos temas como: consumismo e consumo; as relações entre consumismo, produção de lixo e impacto ambiental; salários, classes sociais e desigualdade social; necessidade x desejo; ética e dinheiro.</p>

Fonte: elaborado a partir de Silva e Powell (2013, p. 14).

Nessa proposta, temos aspectos atrelados à economia e às finanças, as quais não desconsideramos como necessárias para todo e qualquer indivíduo. Contudo, também entendemos que, além delas, a necessidade de que haja discussões sociais, políticas, culturais e psicológicas é real e urgente, pois, com esse tratamento mais holístico há maiores condições de contribuir para uma formação integral dos sujeitos.

Com isso em mente, olhamos para Educação Financeira como sendo um conjunto de conhecimentos que pode ser vista como interdisciplinar e de caráter transversal, os quais vão além do individualismo e de cálculos relacionados, exclusivamente, à Matemática Financeira. Em nossa ótica, na EF, há potencialidade para problematizar questões como desigualdade social, desemprego, consumismo, entre outros tópicos tão caros à sociedade e fundamentais para a formação crítica dos sujeitos.

3 Procedimentos Metodológicos

Nosso trabalho assumiu uma abordagem qualitativa, uma vez que não nos preocupamos

somente em quantificar as atividades propostas no material didático de Educação Financeira, mas também categorizá-las, promovendo discussões e reflexões sobre o que é proposto, dialogando com autores que evidenciam perspectivas que vão ao encontro de nossas compreensões referentes à temática.

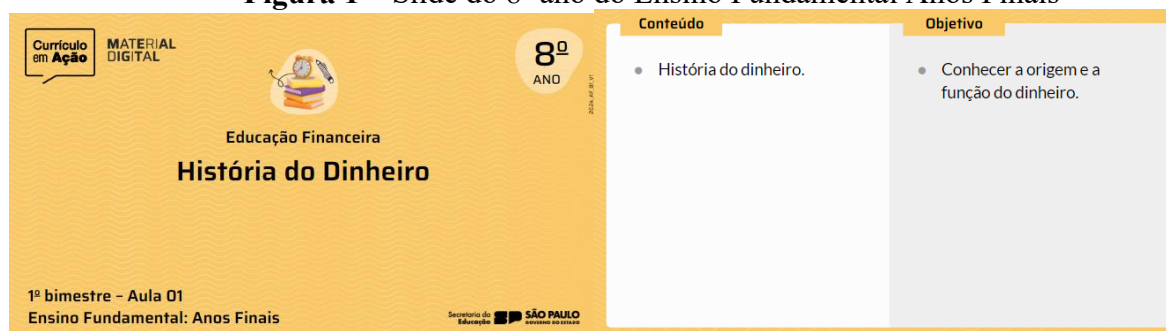
Ao que se refere à abordagem qualitativa, Prestes (1989) esclarece que são descrições detalhadas sobre comportamentos, pessoas, eventos e situações observáveis, e seus questionamentos são refinados e refletidos ao longo de todo o processo investigativo. Garnica (1995, p. 103) aponta que, na abordagem qualitativa, não nos preocupamos “[...] única e/ou aprioristicamente com princípios, leis, generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador”. Nessa mesma direção, Denzin e Lincoln (2011, p. 03) descrevem ser uma atividade situada que localiza o observador no mundo, na qual os pesquisadores qualitativos “[...] estudam coisas dentro dos seus contextos naturais tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem”.

Com isso, ao voltarmos nossos olhares atentos ao objeto de análise, efetuamos a tarefa de interpretar e organizar o proposto, intuindo compreender qual Educação Financeira está sendo desenvolvida no contexto da Educação Básica das escolas públicas estaduais de São Paulo. Como *corpus* de dados, analisamos os materiais do primeiro bimestre de 2024 referentes ao 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Ao todo, foram propostas 14 aulas para cada um dos anos do Ensino Fundamental mencionados anteriormente (8º e 9º), totalizando 28 aulas analisadas.

Reforçamos que para organizar e compreender os dados, assumimos nossa visão de Educação Financeira atrelada aos eixos curriculares de Silva e Powell (2013). Relembramos que os eixos propostos pelos autores são: I – Noções básicas de Finanças e Economia; II – Finança pessoal e familiar; III – As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo; IV – As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a EF. Nessa direção, então, buscamos compreender qual Educação Financeira está sendo proposta aos estudantes no contexto supracitado.

O nosso primeiro movimento para organizar os dados consistiu na construção de uma planilha, na qual classificamos os *slides* em um dos eixos a partir do seu título e objetivo apresentado. Na Figura 1, a seguir, apresentamos um slide da Aula 01 do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais para exemplificar o que foi observado nesse primeiro momento:

Figura 1 – Slide do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais



Fonte: São Paulo (2024).

Na Figura 2, expomos como organizamos o nosso primeiro movimento a partir do olhar explicado anteriormente. As aulas que compreendemos estar no Eixo I estão elencadas em verde, no Eixo II, em laranja, Eixo III, azul e Eixo IV, roxo.

Figura 2 – Divisão dos slides a partir dos Eixos de Silva e Powell (2013)

Série	Em que eixo os slides se encaixam?					9º ano	Aula 01	Aula 02	Aula 03	Aula 04	Aula 05	Aula 06	Aula 07	Aula 08	Aula 09	Aula 10	Aula 11	Aula 12	Aula 13	Aula 14
	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV																
8º ano	Aula 01	Verde																		
	Aula 02		Laranja																	
	Aula 03		Laranja																	
	Aula 04	Verde																		
	Aula 05	Verde																		
	Aula 06	Verde	Laranja																	
	Aula 07		Laranja																	
	Aula 08		Laranja																	
	Aula 09		Laranja																	
	Aula 10	Verde																		
	Aula 11	Verde																		
	Aula 12		Laranja																	
	Aula 13		Laranja																	
	Aula 14		Laranja																	

Fonte: elaborado pelos autores.

Neste primeiro levantamento, notamos que o foco das aulas está exclusivamente nos Eixos I e II nas aulas propostas e apenas uma (aula 6) que entendemos ter conexão com mais de um tema. Para compreender se o que estava sendo proposto condizia com os Eixos elencados, partimos para o segundo momento, no qual analisamos todos os conteúdos e atividades propostas para cada uma das 28 aulas para o primeiro bimestre de 2024. Sintetizamos nossa análise no Quadro 2.

Quadro 2 – Recorte da análise dos slides para a análise

Análise dos slides do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais

Aula	Título da aula	Objetivo	Conteúdo	Atividades	Eixo
1	História do dinheiro	Conhecer a origem e a função do dinheiro	Discute a história do dinheiro, apresentando sucintamente sobre a origem da palavra salário, a prática de escambo, surgimento da moeda e criação do cartão de crédito.	São propostas três atividades, sendo elas: Atividade 1 e 2 - Análise de afirmações relacionadas ao conteúdo; Atividade 3 - Proporção	Eixo I
2	Organização Financeira I	Fazer um diagnóstico financeiro, pessoal ou familiar, sobre gastos no mercado; Entender o que é uma lista de compras.	Discute a importância da lista de compras e as vantagens de fazê-la, como: economia de tempo, economia de dinheiro, melhora da alimentação e menor desperdício.	Atividade 1 - comportamento antes de ir e voltar do supermercado; Estudo de caso - apresenta uma situação sobre uma lista de compras entre a avó e sua neta; Atividade 2 - questões de verdadeiro e falso sobre o conteúdo e confecção pessoal de uma lista de compras.	Eixo II
3	Organização Financeira II		Continuação sobre a lista de compras.	Atividade 1 - cálculo de gastos de produtos específicos de uma lista de compras dada; Atividade 2 - situação-problema pedindo para decidir sobre a compra de produtos na promoção; Atividade 3 : cálculo dos itens comprados refletindo se seria possível comprar determinado produto.	Eixo II
4	Preço e valor I		Verificar alguns fatores que causam o aumento no preço dos produtos (inflação); Resolver problemas associados ao aumento do preço de alguns produtos.	Introduz o conceito de inflação, comentando o que pode causar inflação: lei da oferta e procura, fatores naturais e emissão de moeda.	Atividade 1 - cálculo da diferença de valores de um produto; Atividade 2 - situação-problema sobre o aumento de preço de um produto em porcentagem; Atividade 3 - reflexão de como a falta de chuva pode impactar na produção de determinado produto.

Fonte: elaborado pelos autores.

Com esse segundo movimento de análise, que envolveu os conteúdos e atividades propostas nos *slides*, identificamos que alguns *slides* se encaixam em mais de um Eixo, no entanto a exclusividade dos Eixos I e II se manteve. Na seção a seguir, analisamos à luz dos referenciais teóricos e nossa visão de Educação Financeira os *slides* propostos e evidenciamos a separação por Eixos realizadas.

4 Apresentação e análise dos dados

As 14 aulas do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais possuem como título: “História do dinheiro; Organização Financeira I; Organização Financeira II; Preço e valor I; Preço e valor II; Educação Fiscal I; Educação Fiscal II; Orçamento I; Orçamento II; Investimento I; Investimento II; Financiamento; Formas de Pagamento – Parte I e Formas de Pagamento – Parte II”⁸. Os objetivos da proposta versam sobre discutir a origem do dinheiro, lista de compras, fazer diagnóstico financeiro pessoal ou familiar, identificar e resolver problemas de organização financeira, orçamento individual e familiar e alguns tipos de investimentos. Para além disso, observamos 43 atividades ao longo dos *slides* e caracterizamos a maioria delas no Eixo I - Noções básicas de Finanças e Economia (Silva; Powell, 2013).

As 14 aulas do 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais possuem como título: “História do dinheiro; Os diferentes tipos de renda I; Os diferentes tipos de renda II; Fontes de renda; Receitas fixas x receitas variáveis; Receitas fixas x despesas variáveis; Relação entre receitas e despesas I; Relação entre receitas e despesas II; Relação entre receitas e despesas III; Organização Financeira I; Organização Financeira II; Diferentes tipos de orçamento; Endividamento I e Endividamento II” (São Paulo, 2024). Os objetivos, além de discutir alguns aspectos já presentes nos *slides* do 8º ano, focam na questão da renda e incentivos a formas de empreender e aumentar ganhos, como podemos observar no objetivo “Compreender a importância de ganhar dinheiro; Identificar meios que possibilitem adquirir renda” (Slide 04 – 9º ano, São Paulo, 2024). Ademais, notamos a presença de 39 atividades ao longo dos slides e caracterizamos a maioria delas no Eixo I - Noções básicas de Finanças e Economia e/ou Eixo II – Finança pessoal e familiar (Silva; Powell, 2013).

Com o movimento de análise dos dados, observamos de forma geral que a temática proposta dialoga com os ideais da OCDE, isto é, apresentando perspectivas de uma Educação

⁸ Os títulos das aulas estão na ordem proposta pelos *slides*.

Financeira mercadológica, para o consumo e centralizada no indivíduo, resumindo a experiência com a temática em reflexões que atravessam o consumo e a organização pessoal.

Questões que envolvem as desigualdades sociais, meio ambiente, desemprego, entre outras vertentes que extrapolam o individual e que são fundamentais para a formação do indivíduo (Mazzi e Baroni, 2021) não foram propostas, pelo contrário, o que é colocado incentiva o consumo e naturaliza o empreendedorismo, reforçando o ideal de que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso financeiro, desconsiderando as obrigações do Estado; o contexto em que está inserido; entre outras problemáticas. A Educação Financeira nessa vertente é entendida como um

elemento no aparato hegemônico da classe capitalista, que junto a outros elementos permite à classe capitalista ocultar e reinterpretar sua exploração da classe trabalhadora, obter consentimento para essa exploração e neutralizar a capacidade dos cidadãos de formular e implementar alternativas ao projeto neoliberal (Arthur, 2012, p. xi-xii, tradução nossa).

Outro aspecto notado nos *slides* é a forte relação com a Matemática Financeira, pois boa parte das atividades propostas em seus contextos envolviam cálculos de porcentagem relacionados à renda, e como exemplo, citamos a proposta da divisão 50-30-20, destacada em alguns *slides* (Figura 3). No Material, apresenta-se o método como uma sugestão de organização financeira. Ele consiste em dividir a renda em três partes, sendo 50% para despesas fixas; 30% para despesas extras; e 20% para construir uma reserva financeira ou pensar em projetos futuros. O exemplo, a seguir, aborda essa ideia.

Figura 3 – Slide do 8º ano - aula 08

Na prática

Atividade 1

Um jovem, que acabou de ser contratado por uma empresa, vai receber, a partir do próximo mês, um salário de R\$ 1.320,00 e pretende com esse dinheiro ajudar sua família com a despesas da casa. Para isso, ele decidiu utilizar o método 50-30-20 para organizar suas finanças e realizar seu desejo de comprar um celular de R\$ 2.640,00. Supondo que ele continue empregado e que o preço do celular se mantenha, em quanto tempo ele conseguirá juntar o dinheiro para comprá-lo?

Todo mundo escreve

Fonte: São Paulo (2024).

Observando o exercício proposto, notamos que é ressaltado que o salário fixo é de R\$ 1.320,00. Caso esse seja o salário bruto, ainda será necessário descontar a contribuição com o

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo, reduzindo o valor líquido de fato. Mas, a cargo de simplificação, tomamos o valor já como líquido. Considerando que o método afirma que 20% devem ser destinados para projetos futuros (categoria em que se encaixa a compra do celular), o jovem deveria reservar R\$ 264,00 todo mês, o que implicaria em 10 meses de reserva para a compra desejada.

No entanto, tendo em vista que o problema informa que o jovem quer ajudar sua família com as despesas de casa, restará um total de R\$ 1056,00 para tal. Qual é a realidade da família em questão para que esse valor seja suficiente para ajudar? É um valor que se juntará a outros salários? Ou será esse o valor que sustentará sua família? Esses são questionamentos necessários para compreendermos o que o Material está querendo propor.

Poderíamos trazer para a discussão os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que informa que o valor da cesta básica era de R\$ 792,47⁹ reais na capital do estado de São Paulo para o mês de setembro de 2024¹⁰. Considerando o valor proposto na atividade, todas as outras despesas, por exemplo, aluguel, água e energia elétrica, que são aspectos imprescindíveis para uma sobrevivência, teriam que ser pagas com R\$ 263,53 reais restantes, que é um absurdo.

Sem tais problematizações, o exercício se resume à ideia neoliberal de que não importa o valor de salário e sim como o sujeito se organiza, criando a falácia da meritocracia (Markovits, 2021). O aspecto ressaltado anteriormente é evidenciado no estudo de Baroni (2021), no contexto da formação de professores, e expandimos essa perspectiva para o que é apresentado no Material Digital, ao retratar que a Educação Financeira é fortemente amparada na Matemática Financeira, de modo que as discussões focam apenas nos resultados e não abrangem outras áreas do conhecimento. Ou seja, há uma preocupação somente com o cálculo e não com o que os dados representam em si.

Além do foco na Matemática, nota-se o empenho dos slides em evidenciar a ideia do empreendedorismo para a sala de aula. Na figura 4, que segue, vemos exemplos do 8º e 9º anos,

⁹ De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), esse valor é constituído por um “levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais”. A PNCBA foi implantada em São Paulo em 1959, a partir dos preços coletados para o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV) e, ao longo dos anos, foi ampliada para outras capitais. Hoje, é realizada em 17 Unidades da Federação e permite a comparação de custos dos principais alimentos básicos consumidos pelos brasileiros” (DIEESE, 2024). Ressaltamos ainda que os itens básicos pesquisados foram definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil e está vigente até os dias atuais.

¹⁰ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202405.html> Acessado em: 27 jun. 2024.

respectivamente, que mobilizam essa temática.


Figura 4: Slide do 8º ano - aula 09 e Slide do 9º ano – aula 04

Para começar

Vamos pensar juntos

Patrick tem 16 anos e mora com seus pais. Ele estuda pela manhã, tendo, assim, a tarde livre para fazer os deveres que a escola encaminha para casa, além de outras atividades de entretenimento que ele gosta de realizar.

Ele gostaria de ajudar no orçamento familiar pagando algumas contas, utilizando o tempo livre que tem!



Para começar

Vamos pensar juntos

Virem e conversem

Como Patrick poderia começar a ganhar algum dinheiro? Lembrando que ele estuda pela manhã e, à tarde, tem certa disponibilidade de tempo para outras atividades, além dos deveres escolares?

Quais possibilidades de trabalho para Patrick?

Se ele usar a internet, de quais possibilidades ele dispõe para empreender?

Na prática

Correção

O que significa empreender? Apresente suas considerações ao professor.

Ao empreender, a pessoa decide montar seu próprio negócio, administrar seus gastos com a empresa e o lucro obtido. Existem inúmeras possibilidades para empreender, basta ter criatividade e verificar as condições para atuar em determinada função.

Ex.: jardineiro, vendedor de bolo, etc.

Fonte: São Paulo (2024).

Como pode ser observado na Figura 4 (superior), é proposto um contexto, no qual determinada pessoa precisa pensar em soluções para ajudar as finanças da família, introduzindo a possibilidade de empreender. Na Figura 4 (inferior), é proposta uma possibilidade de resposta a ser discutida pelos professores e estudantes, afirmando que basta ter criatividade e verificar condições, sem propor questionamentos como, o porquê da necessidade de o jovem (16 anos) precisar ajudar nas finanças? Em que circunstâncias a família vive? Quais são as dificuldades e aspectos que influenciam essa situação? Quais as desvantagens do empreendedorismo? A quem realmente interessa esse contexto? Ou seja, não são apresentados questionamentos críticos referente às subjetividades e a quem interessa essa forma de estrutura, as reflexões críticas ficam a cargo do professor e da maneira que consegue adequá-las ao que é imposto, já que esses Materiais Digitais são de uso praticamente obrigatório.

Essa discussão sobre o empreendedorismo não é recente. Em 1989, a OCDE já trazia algumas reflexões sobre o indivíduo empreendedor, argumentando que este

[...] tem uma disposição positiva, flexível e adaptável acerca da mudança,

vendo isso como normal e como uma oportunidade mais do que como um problema. Para ver a mudança desse modo, um sujeito empreendedor tem uma segurança que se apoia na autoconfiança (OCDE, 1989, p. 2, tradução nossa).

Notamos, nesse discurso, exatamente o que as propostas dos *slides* apontam. Uma noção de que o sujeito irá se adaptar às situações impostas. Essa é justamente a ideia do sujeito neoliberal que, segundo Dardot e Laval (2016, p. 353), “é o homem da competição e do desempenho [...] feito para ‘ganhar’, ser ‘bem-sucedido’”. Esse é o tipo ideal de sujeito que o mercado de trabalho exige e procura. Esse perfil é justamente o que está sendo proposto pelos materiais analisados.

Ainda no sentido discutido, podemos identificar essa mesma discussão apresentada anteriormente na mesma aula para o 9º ano, em que é possível notar essa responsabilização do jovem contribuir na renda familiar:

Figura 5 – Slide do 9º ano - aula 04

Na prática

Correção

É possível trabalhar e estudar? Apresente suas considerações ao professor.

A partir dos 14 anos de idade, estudantes matriculados e que frequentam a escola podem candidatar-se a vagas no programa Jovem Aprendiz, trabalhando, assim, em empresas parceiras do programa. Para tanto, os estudantes intercalam seus horários, estudando durante um período do dia e trabalhando em outro, e para isso recebem uma remuneração.

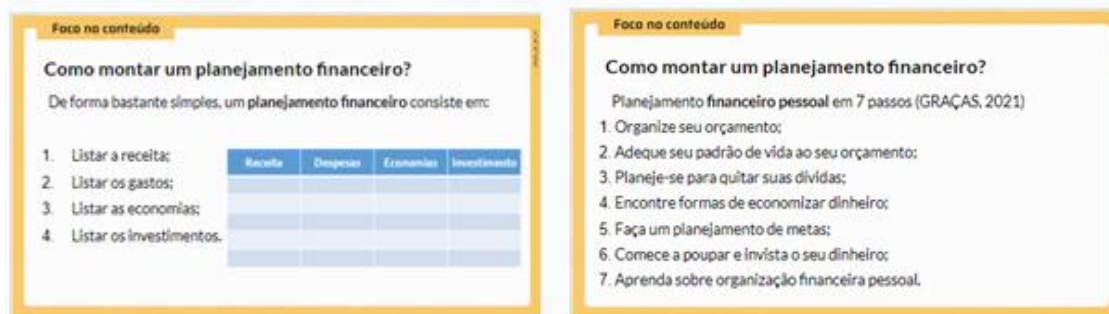
Fonte: São Paulo (2024).

Observar o movimento desse slide do 9º ano nos coloca a refletir sobre como essa responsabilização pode atingir as crianças que, em grande parte, possuem a faixa etária indicada para ocupar tais vagas destacadas. Novamente, não notamos nenhuma discussão nos *slides* referente aos aspectos de responsabilidade do Estado e direito dos cidadãos.

Outro ponto muito desenvolvido nos *slides* é o planejamento financeiro, nesta direção, Silva e Powell (2013) discutem que há uma tendência em limitar as discussões sobre Educação Financeira a questões voltadas às finanças pessoais. Corroborando esses autores, Baroni (2021) aponta essa mesma limitação na área de atuação da Educação Financeira em relação ao trabalho com finanças pessoais e ao comportamento dos consumidores, desconsiderando reflexões de

elementos no contexto social, político e econômico. Essa tendência é mantida pelos materiais digitais analisados, uma vez que muitos dos conteúdos e atividades apresentam essas perspectivas, como podemos observar na Figura 6, a seguir.

Figura 6 – Slide do 9º ano - aula sete



Fonte: São Paulo (2024).

Ainda, conforme preconizado na BNCC, a Educação Financeira é trazida como uma temática transversal, entretanto notamos uma certa delimitação dela na área de Matemática e suas Tecnologias. Isto posto, concordamos com Baroni (2021, p.229), pois “apesar da BNCC delegar a maior parte do trabalho voltado à Educação Financeira para a área da Matemática, a temática traz à discussão elementos que demandam um diálogo com outras áreas do conhecimento”. Essa visão é reforçada nos *slides*, pois as discussões propostas não dialogam com outras áreas do conhecimento visto que os exercícios e os objetivos colocados focam exclusivamente na Matemática.

Dessa forma, com a compreensão e interesses assumidos, a Educação Financeira pode contribuir para a disseminação de ideologias neoliberais e o estímulo dos ideais capitalistas. Nessa perspectiva, entendemos que da maneira que os *slides* estão postos há um alinhamento com o sistema que vivemos, ficando a cargo unicamente do professor repensar maneiras de como trabalhar a temática de uma outra forma, problematizando para além do consumo e do individualismo.

5 Considerações Finais

O desenvolvimento deste estudo teve como objetivo compreender a Educação Financeira proposta no Material Digital, os *slides*, utilizados atualmente nas escolas estaduais públicas paulistas. Para isso, analisamos esses materiais apoiados na abordagem qualitativa e na proposta curricular baseada nos Eixos da Educação Financeira Escolar evidenciados por Silva e Powell (2013), dialogando ainda com referenciais teóricos que constituem nossa

compreensão de Educação Financeira.

Após a análise, observamos que a Educação Financeira proposta está ancorada na Matemática Financeira e nos ideais da OCDE/ENEF. Isto é, promovendo uma Educação Financeira do indivíduo para o consumo, uma vez que todas as aulas referentes aos anos analisados se concentram no Eixo I - Noções básicas de Finanças e Economia e no Eixo II – Finança pessoal e familiar. Ressaltamos que as discussões apesar de estarem presentes nesses Eixos não possuem o cunho crítico destacado por Silva e Powell (2013).

Com isso, tais materiais propõem uma Educação Financeira individualista, reduzida ao ato de poupar e de gastar da melhor forma possível. Além de enfatizar aspectos do empreendedorismo, reforçando a ideia de que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso econômico, retirando a responsabilização do Estado, sem ao menos problematizar questões como o trabalho informal, direitos trabalhistas, dentre outros fatores que perpassam esse contexto do empreendedorismo. Ainda, o Material Digital ao trazer o empreendedorismo nas discussões, aponta-o como algo voltado simplesmente à complementação de renda, reforçando, mais uma vez, o aspecto individualista e pessoal da gestão financeira.

Para além do que é proposto como Educação Financeira, problematizamos alguns aspectos envolvendo esses materiais: a maneira que eles estão sendo impostos na Educação Básica, ficando a cargo do professor a possibilidade de proposta de discussões críticas. Além do mais, os Materiais Digitais são recebidos pelos professores por bimestre, ou seja, eles não possuem acesso ao que vai ser discutido ao longo do ano, o que os limita a ter uma visão macro das propostas e pensar em maneiras de articulá-las.

Ao não conseguir articular as propostas, o professor fica engessado e limitado a fazer apenas o que está posto nos slides que já vêm prontos. Com isso, entendemos que ao mesmo tempo que esse Material Digital está mostrando uma visão de finanças e responsabilização individuais para adolescentes, ele também engessa o professor que busca trazer uma visão crítica das discussões postas.

Por fim, entendemos que a maneira que os *slides* estão sendo propostos fortalece o sistema capitalista. Isso privilegia o ensino para o consumo e responsabiliza o indivíduo em todas as esferas como o único responsável pelo seu sucesso financeiro em detrimento de uma Educação Financeira que busque pela transformação social.

Referências

ARTHUR, Chris. **Financial literacy education: neoliberalism, the consumer and the citizen.** Rotterdam: Sense Publishers, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 199 p.

BARONI, Ana Karina Cancian. **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor.** 2021. 253 f. Tese (Doutorado) - Educação Matemática, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2021.

BIGODE, Antonio José Lopes. Base, que base? O caso da Matemática. In: CÁSSIO, F.; CATELLI JR, R.; (Org.). **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC.** 1ed. São Paulo: Ação Educativa, 2019, v. 1, p. 123-143.

BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF,** dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.** Vida e dinheiro, 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wpcontent/uploads/2019/09/relatorio-anual-ae brasil-2018.pdf>.

CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In. CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. (orgs.) **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC.** São Paulo: Ação educativa, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman, K.; LINCOLN, Yvonna. S. **Handbook of Qualitative Research.** Sage. 2011.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. **Fascínio da técnica, declínio à crítica: um estudo sobre a prova rigorosa na formação do professor de Matemática.** 1995. 258f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1995. Disponível em: http://www2.fc.unesp.br/ghoem/trabalhos/45_7_Tese_Garnica.pdf.

LIMA, Adriana de Souza. **Educação Financeira no Capitaloceno.** Tese (Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destroi a classe média e consome a elite.** Tradução de André Leite. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

MAZZI, Lucas Carato. BARONI, Ana Karina Cancian. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In: BARONI et al. **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática**. Curitiba: Appris, 2021. p. 37-53.

MAZZI, Lucas Carato; HARTMANN, Andrei Luís Berres; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação Financeira e Justiça Social: reflexões no âmbito da Educação Matemática. **Bolema**, v. 38, 2024.

MAZZI, Lucas Carato; DOMINGUES, Nilton Silveira. Educação Financeira na Educação Básica: um foco nas percepções dos estudantes. **Em Teia - Revista de Educação Matemática e Tecnologia Iberoamericana**, Recife-PE, v. 12, n.2, p. 02-24, 2021.

MAZZI; Lucas Carato; OLIVEIRA, Vanessa.; LIMA, Adriana de Souza. O que pode Educação financeira na escola? In: MAZZI; Lucas Carato; LIMA, A. D.; OLIVEIRA, V. **Educação Financeira na escola: teorias e práticas para a Educação Básica**, 2025.

MELO, Danilo Pontual; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação financeira no Ensino Médio: possibilidades. **Revista brasileira de Educação em ciências e Educação Matemática (ReBECM)**, Cascavel, v. 3, n. 2, p. 488-513, ago. 2019.

MORAES, Flavia Aparecida de; FREITAS, Carlos César Garcia. Curso de Educação Financeira Escolar: produto educacional para a formação de professores. **Em Teia - Revista de Educação Matemática e Tecnologia Iberoamericana**, Recife-PE, v. 12, n. 2, p. 02-28, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 2005a. Disponível em: <https://epdf.pub/queue/improving-financial-literacy-analysis-of-issues-and-policies.html>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. 2005b. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financialed-ucation/35108560.pdf>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **National Strategies for Financial Education: OECD/INFE Policy Handbook**, OECD Publishing, Paris, 2015. <https://doi.org/10.1787/a8916d0e-en>. OCDE. Towards an enterprising culture: a challenge to education and training. Paris: OECD, 1989.

OLIVEIRA, Wellington Moisés; MAZZI, Lucas Carato. Educação Financeira em livros didáticos: transformando exercícios matemáticos em potentes cenários reflexivos. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 137 - 159, 2024.

PRESTES, Maria de Lourdes Almada. A pesquisa qualitativa na educação. **Educ.e Filos**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 91-104, jul./dez. 1989. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1869/1554>.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Educação Financeira: slides do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução SEDUC nº 53, de 16 de novembro de 2023**. Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 17 nov. 2023a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Resolução SEDUC nº 52, de 16 de novembro de 2023**. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 17 nov. 2023b.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 157-173, 2017.

SILVA, Amarildo Melchades da; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: ENEM, 11, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora, 2013.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica**: a questão da democracia. 4 ed. Tradução de Abgail Lins (caps. 1 – 4) e Jussara de Loiola Araújo (cap. 5). Campinas: Papirus, 2008.

TEIXEIRA, Franciele Santos. **Uma disciplina eletiva com calculadoras**: um espaço para a educação financeira de estudantes do ensino médio. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2024.

VIEIRA, Glauciane Silva; PESSOA, Cristiane Azevedo. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.22, nº. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 16 set. 2025.